



SEGREGAÇÃO ESPACIAL E EDUCAÇÃO NA CIDADE: CONTRIBUIÇÕES DA ENTREVISTA DE ERMÍNIA MARICATO

Autor(a) 1: Dilza Côco
Instituto Federal do Espírito Santo
dilzacoco@gmail.com

Autor(a) 2: Mariana Dionísio dos Santos
Instituto Federal do Espírito Santo
dionizio.mariana@gmail.com

Autor(a) 3: Priscila de Souza Chisté Leite
Instituto Federal do Espírito Santo
pchiste@ifes.edu.br

RESUMO:

Este artigo aborda o conceito de segregação espacial gestado no processo de constituição das cidades brasileiras. Para isso, explora excertos de entrevista concedida pela pesquisadora e ativista política ligada a questões da produção do urbano, Dra. Ermínia Maricato, professora aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Essa entrevista, realizada pelas coordenadoras do grupo de estudos e pesquisas sobre Educação na Cidade e Humanidades (Gepech), aconteceu no ano de 2017, e integra uma série que prioriza o diálogo com pesquisadores que têm como foco de investigação a cidade. Os excertos destacados foram analisados a partir de contribuições de Mikhail Bakhtin e escolhidos por tratarem de assuntos caros ao Gepech, em especial, por abordarem trazerem reflexões sobre problemas urbanos que podem ser compartilhados por meio de formação de professores da educação básica.

Palavras-chave: Entrevista; Segregação espacial; Educação na cidade.

GT-17: Geografia e Apropriação Urbana: Ensino de Cidade e das Comunidades Tradicionais

1 INTRODUÇÃO

Este artigo aborda o conceito de segregação espacial e busca tecer relações com o processo de configuração da cidade de Vitória, Espírito Santo. Trata-se de uma produção vinculada aos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação na Cidade e Humanidades (Gepech) e apresenta recorte de dados relativo à investigação que tem como objetivo apreender o que dizem sobre a Cidade pesquisadores de diferentes áreas de conhecimentos, entrevistados pelas coordenadoras do Gepech, grupo sediado no Instituto Federal do Espírito Santo. Objetivamos neste artigo, a discorrer sobre alguns enunciados da entrevista realizada com a professora Ermínia Maricato. Para analisar o discurso proferido por essa pesquisadora, recorreremos ao referencial teórico bakhtiniano como modo de analisar o gênero entrevista, observando aspectos polifônicos, dialógicos e exotópicos. Quanto à análise do conteúdo temático, recorreremos à textos escritos por Maricato e/ou indicados por ela, visando ampliar as discussões iniciadas durante a entrevista, e reconhecendo a importância de suas proposições para a correlação entre educação e cidade.

Para sistematizar essa discussão, na primeira seção apresentaremos a proposta do grupo de pesquisa destacando algumas de suas metodologias. Na segunda seção, discorreremos sobre o gênero discursivo entrevista, a partir de Bakhtin e, na sequência, contextualizaremos, exporemos e analisaremos parte da entrevista realizada com a professora Ermínia Maricato, com foco no tema segregação espacial, estabelecendo relações educativas, históricas e sociais com dados da cidade de Vitória - ES.

2 APRESENTAÇÃO DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO NA CIDADE E HUMANIDADES (GEPECH)

A implementação do Mestrado Profissional Ensino em Humanidades, em 2016, no Instituto Federal do Espírito Santo contribuiu para o início de um grupo de estudos, chamado Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação na Cidade e Humanidades (Gepech). A escolha por esta temática de estudo pode ser justificada pela recusa acerca das discussões dicotômicas que



envolvem os espaços formais e não formais de educação, bem como pela constatação de que poucos são os grupos de pesquisa que contemplam discussões sobre Cidade e Educação. Após

uma pesquisa ao Diretório de Grupos de Pesquisas cadastrados e certificados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) encontramos, em 2016, 312 registros a partir do descritor “cidade”, sendo que apenas seis grupos de pesquisa concentrados na área da Educação.

A possibilidade de contribuir com esse nicho de pesquisa favoreceu a constituição do Gepech integrando mestrandos, bolsistas de iniciação científica e professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades. A ideia era/é planejar ações de formação de professores que discutam a cidade como espaço potencial para ações educativas a serem realizadas em parceria com a escola pública.

O Gepech iniciou suas atividades em março de 2016, compondo uma das linhas do Grupo de Pesquisa “Artes Visuais, Literatura, Ciências e Matemática: diálogos possíveis” cadastrado no CNPq. O Gepech em sua estrutura e fundamentação apresenta os seguintes objetivos: 1) discutir relações entre a cidade e a educação a partir de áreas de conhecimento ligadas às humanidades; 2) planejar, executar e avaliar formações de professores da educação básica que contribuam com reflexões sobre os espaços da cidade; bem como 3) sistematizar materiais educativos que discutam e apresentem propostas relacionadas com a cidade. Para alcançar esses objetivos, o grupo realiza reuniões em que os integrantes estudam e debatem conteúdos teórico-metodológicos a partir de diversos autores da abordagem crítica, como Bakhtin (2011), Lefebvre (1991) e outros.

A partir desse alinhamento teórico, as reuniões do grupo se configuram como eventos que promovem encontros repletos de enunciados sobre/com a cidade. Tais encontros além de potencializarem diálogos entre os participantes e textos de referência sobre a cidade, ampliam-se por meio da presença de outros pesquisadores que visitam o Gepech para proferir palestras ou conceder entrevistas. O estudo que desenvolvemos nos motivam a ampliar as discussões, visitando exposições culturais que apresentam a cidade por meio de roteiros discursivos diversos.

Em meio a metodologia investigativa utilizada pelo Gepech, neste texto destacaremos as entrevistas. Elas foram realizadas entre 2016 e 2018 e registradas por meio de videogravação. Algumas delas foram exibidas na íntegra durante os encontros do grupo, com o objetivo de adensar compreensões sobre aspectos inerentes aos estudos da cidade. Contabilizamos 15 entrevistados que conversaram conosco sobre cidade, educação e/ou as humanidades. Apenas uma entrevista foi realizada fora do Brasil, no México, com o professor Gabino Cárdenas Olivares. As demais conversas foram realizadas no Espírito Santo e em São Paulo. A cada entrevista transcrita fomos nos constituindo a partir das vozes dos entrevistados, que serviram como suporte para o aprofundamento teórico do grupo de pesquisa.

3 A ENTREVISTA: UM GÊNERO DO DISCURSO

Como já sinalizamos na introdução deste artigo, as entrevistas realizadas com teóricos de referência é um dos métodos utilizados pelo Gepech para aprofundar os conhecimentos sobre a cidade, educação e humanidades. Entendemos entrevista, como gênero discursivo, definido por Bakhtin como tipo relativamente estável de enunciado que pode ser dividido em gêneros primários (simples) e secundários (complexos). Compreendemos que o gênero primário acontece pela comunicação discursiva imediata, já o secundário por meio de relações humanas mais complexas, relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente escrito). Santos, Leite e Côco (2017, p. 762), afirmam que

Ambos os tipos se relacionam entre si, em uma troca infinita de sentidos que renovam continuamente os gêneros. Por meio dessa instabilidade os gêneros vão se atualizando, instaurando novos tipos e formas de enunciados que tentam se adequar a diversidade e as diferentes esferas da atividade comunicacional em contextos culturais específicos.

Inferimos que a entrevista é um gênero misto, pois é constituído por gêneros primários e secundários, e caracterizado pela interação entre entrevistador e entrevistado. Essa interação dialógica é considerada por Gege (2013) como a unidade real da língua que é realizada na fala. Longe de ser vista como enunciação monológica individual e isolada, a interação é fundamental na consolidação do diálogo entre os indivíduos. Ela é povoada por diversas vozes e, portanto, polifônica.

Ao ser interpelado pela enunciação de outrem no processo de compreensão e interpretação desses enunciados, o interlocutor oferece suas contrapalavras, o que torna a relação falante-ouvinte dialógica. Ouvir é parte integrante do falar. Se dá de forma concomitante. Ambas ativas igualmente. Ambas em relação. Escutar e auscultar. Os sujeitos, carregando consigo suas orientações ideológicas, se constituem através do(s) outro(s) dialogicamente, em uma interatividade complexa e dinâmica (GEGE, 2013, p. 82).

Consideramos que além do caráter dialógico e polifônico, descrito acima, por meio das entrevistas é possível realizar transposições teóricas e, de certo modo, exotópicas, pois ao interagirmos com os entrevistados, nos identificamos e passamos a ver a realidade a partir do que eles viram; ou seja, colocamo-nos no lugar dos entrevistados para depois voltarmos ao nosso lugar e completarmos os nossos horizontes com tudo o que descobrimos do lugar que ocupamos fora de nossos supostos limites. Conforme nos alerta Bakhtin (2011, p. 35-36), “[...] na vida, agimos assim, julgando-nos do ponto de vista dos outros, tentando compreender, levar em conta o que é transcendente à nossa própria consciência: assim levamos em conta o valor conferido ao nosso aspecto em função da impressão que ele pode causar em outrem”. Nesse sentido, consideramos que além da exotopia, a alteridade apresentou-se como conceito filosófico fundamental, pois nos levou a constatar que conhecer outras pesquisas e modos de pensar revelados nas entrevistas são imprescindíveis para a nossa constituição como investigadoras da cidade e de suas relações com o campo educacional. Por meio dos estudos bakhtinianos pudemos inferir que é na relação de alteridade que os indivíduos se constituem. Somos seres que nos refletimos nos outros, mas também refratamo-nos. Este processo não surge de nossa própria consciência, é algo que se consolida socialmente, através das interações, das palavras, dos signos de outrem. Constituímo-nos, nos alteramos e nos transformamos sempre através do outro.

Como gênero do discurso, as entrevistas possuem três elementos básicos: o estilo, o conteúdo temático e a construção composicional. Juntos formam um unidade orgânica, constituindo a unidade e sentido do enunciado concreto. O estilo (individual) é indissociável do gênero - revela estilos de linguagem, que são estilos de gêneros de determinadas esferas da atividade humana e da comunicação. Já o conteúdo temático, segundo Adelino e Nascimento (2017, p. 115), está no domínio do sentido que envolve um determinado gênero, pois a diversidade do gênero é infinita, heterogênea. Sendo assim, esse elemento diz respeito às escolhas e propósitos comunicativos do locutor em relação a um domínio do objeto e do sentido. Já a construção composicional é o modo de organizar um determinado gênero que caracteriza sua estrutura composicional, na construção do todo.

Com a intenção de evidenciar a importância da entrevista para ampliar o diálogo do Gepech com outros pesquisadores, na próxima seção, apresentaremos extratos da entrevista que realizamos com a professora Dra. Ermínia Maricato com o objetivo de evidenciar discussões sobre o tema Segregação Espacial.

4 A ENTREVISTA E SUAS RELAÇÕES COM O TEMA SEGREGAÇÃO ESPACIAL

Partindo do princípio de que a entrevista possibilita a efetivação de encontros e a produção de diálogos, consideramos importante situar as condições desse agradável e produtivo encontro das coordenadoras do Gepech com a professora Ermínia Maricato. A entrevista foi agendada previamente e realizada no dia 12 de maio de 2017, na residência da entrevistada, no bairro da Vila Madalena, estado de São Paulo. Ermínia Maricato é arquiteta e urbanista, professora aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), pesquisadora acadêmica, ativista política e ocupou cargos públicos na Prefeitura da Cidade de São Paulo. Foi Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano (1989-1992) no Estado de São Paulo e no Governo Federal, bem como Secretária Executiva do Ministério das Cidades (2003-2005), cuja proposta de criação se deu sob sua coordenação. Defendeu mestrado, doutorado, livre docência e foi aprovada em concurso para professora titular da Universidade do Estado de São Paulo (USP). Fundadora do Labhab - Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP (1997); atuou como coordenadora do Curso de Pós-Graduação da FAUUSP (1998-2002) e como integrante do Conselho de Pesquisa da USP (2007). Como ativista política foi escolhida para defender a proposta de Reforma Urbana de iniciativa popular junto à Assembleia Constituinte do Brasil (1988).

Justificamos a escolha desta pesquisadora para a entrevista devido às contribuições contra-hegemônicas de seus estudos sobre a cidade, sobretudo quando reflete acerca dos processos de constituição dos espaços e das relações de interesse/luta de classes que permeiam tais discussões. A entrevista foi agendada por e-mail e, nessa ocasião, explicamos nosso interesse sobre o tema

tendo em vista o grupo de pesquisa que coordenamos. Após o aceite e confirmação do agendamento, encaminhamo-nos na véspera para São Paulo, saindo de Vitória – Espírito Santo.

Sentimo-nos honradas por sermos recebidas na casa de Maricato, que gentilmente, no momento de nossa chegada, nos acolheu e nos direcionou para um grande salão em estilo moderno com paredes em concreto aparente. Após um café, iniciamos a entrevista apresentando as três perguntas que orientaram a interação: Quais são as tendências sobre os estudos da cidade que a senhora consegue observar na realidade? Como essas tendências se articulam ou podem articular com a educação a partir da sua ideia? Quais referências que a senhora considera que são imprescindíveis para estudar a cidade nessa perspectiva da relação com a educação?

Neste artigo não iremos nos ater especificamente nas respostas a tais perguntas, uma vez que já o fizemos no artigo intitulado “O gênero entrevista como estratégia de estudo sobre a cidade e suas relações com a educação” (SANTOS; LEITE; CÔCO, 2017), submetido ao IV Encontro do Estudo Bakhtinianos, realizado na Unicamp, em 2017. Analisaremos, portanto, alguns enunciados que nos direcionam a refletir sobre as relações entre segregação espacial e desigualdades no contexto da cidade. Conforme Maricato (2015), trata-se de um fenômeno que exprime as diferenças entre as classes sociais na organização interna da cidade, por meio da emergência de áreas dotadas de forte homogeneidade social interna e forte disparidade entre elas. As proposições de Maricato sobre esse tema estabelecem relações com afirmações de Villaça (2011), quando diz que o conceito de segregação espacial ou urbana deve ser compreendido a partir de múltiplas relações, não limitando-se à questão geográfica de forma isolada. Para esse autor, trata-se de um fenômeno produzido pelo humano que não decorre de fatores naturais. Ainda destaca que a segregação urbana é permeada por interesses de classe e de grupos financeiros, especialmente do mercado imobiliário. Este para obter ganhos favoráveis atua de modo consistente na configuração de normas jurídicas de ocupação do solo e estabelece relações influentes junto a grupos políticos que atuam na esfera de poder.

A partir dos enunciados críticos e problematizadores de Maricato (2017), assim como de Villaça (2011) sobre o processo de ocupação do solo e de produção do espaço urbano, podemos compreender diversos fatores que permeiam a vida na cidade, bem como, ter uma visão mais ampliada perante ao atual contexto social, político e econômico do país.

Logo no início da entrevista, Maricato afirma que há entre a maioria da população um “analfabetismo urbanístico” que seria desconhecer quem manda na cidade e para onde vão os recursos dos fundos públicos (MARICATO, 2015). Para ela a cidade é produzida sob determinadas relações sociais fundamentais que definem o lugar que a pessoa pode ocupar no espaço citadino. E isso diz muito sobre a relação da pessoa com a própria cidade, porque a localização tem um preço,

[...] localização tem um preço por quê? Você tem certos atributos em determinados metros quadrados da cidade de infraestrutura, de equipamentos, de todo um investimento privado que faz toda a diferença. O Lefebvre, ele chama isso “A festa da cidade”, a cidade realmente é uma festa mas não é qualquer localização da cidade que é uma festa, não é? Não é, no que ele chama lá nos pavilhões, que ficam na periferia da cidades e aqui não são nem pavilhões, aqui é uma periferia auto construída e quase que auto gerida se não fosse o tráfico fazendo a gestão de grande parte de nossas periferias. O tráfico de drogas é uma ausência de Estado e mercado na periferia, é uma produção doméstica pré-moderna do espaço e da moradia, ao passo que você tem do outro lado, um mercado imobiliário extremamente especulativo, uma máquina do crescimento muito fortemente articulada é que eu estou chamando, as grandes empreiteiras, as empresas de construção de edificações, os incorporadores imobiliários, o capital financeiro imobiliário, os proprietários de terra que compõem a máquina do crescimento, tudo isso relacionado com o financiamento de campanhas eleitorais. Então tudo isso relacionado com as decisões de localização, de investimento com as decisões sobre legislação, por isso que eu digo, nós precisamos olhar para a forma como essa cidade é produzida para entender a relação das pessoas com essa cidade, não é? (MARICATO, 2017).

Com esse extrato, é possível compreender que existem várias relações de poder implícitas e explícitas que dizem respeito aos espaços para moradia na cidade. O descaso do Estado sobre determinadas áreas está intimamente ligado aos interesses econômicos e políticos. Durante a entrevista, Maricato nos apresentou mapas baseados em dados do IBGE, do Rio de Janeiro e de São Paulo que identificavam regiões onde se encontram determinados grupos sociais na cidade. Foi possível observar, a partir de suas explicações, que “[...] aquilo que não é valorizado pelo mercado sobra para os pobres e os pobres não têm acesso aos terrenos valorizados pelo mercado... Então a renda imobiliária... é ela que define a nossa relação com a cidade, quem vai se apropriar da renda imobiliária?” (MARICATO, 2017). Esses enunciados de Maricato relacionam-se com o que ela aponta em texto escrito quando diz que

[...] há os pobres – com toda a diversidade já exposta -, em cuja proximidade imóveis novos ou reformados são desvalorizados, coerentemente com os valores

de uma sociedade que além de patrimonialista¹ (e por isso mesmo) está entre as mais desiguais do mundo. Aceita-se que os pobres ocupem até áreas de proteção ambiental. As Áreas de Proteção dos Mananciais (são quase 2 milhões de habitantes apenas no Sul da metrópole), as encostas do Parque Estadual da Serra do Mar, as favelas em áreas de risco, mas não se aceita que ocupem áreas valorizadas pelo mercado, como revela a atual disputa pelo centro (MARICATO, 2015, p. 58).

Maricato (2017) cita como exemplo, o que aconteceu no período das olimpíadas no Rio de Janeiro, em que várias casas foram desapropriadas e os pobres foram “enviados” para a periferia da periferia. Maricato (2015, p. 61), afirma que a luta pela Constituição Federal de 1988, a partir dos artigos 182 e 183 que geraram o Estatuto da Cidade, “[...] se inspirou em parte, na possibilidade de utilizar imóveis vazios em centros urbanos antigos para moradia social,” dando uma alternativa para que os pobres pudessem vivenciar o “direito à cidade”, pois geralmente são expulsos dela. “O judiciário parece esquecer-se de que o direito à moradia é absoluto em nossa Carta Magna, enquanto o direito à propriedade é relativo à função social” (MARICATO, 2015, p. 61).

Esses indicativos evidenciados pela entrevistada apontam para relações muito desiguais na cidade, sendo desconsiderado muitos instrumentos legais. Tais comentários podem ser compreendidos como manifestações do ativismo político da pesquisadora, que anuncia suas compreensões ao mesmo tempo que denuncia irregularidades de diferentes ordens, como a ocupação de áreas de preservação ambiental e ou de áreas de risco. Outro aspecto que chama a nossa atenção no discurso proferido por ela, durante a entrevista, refere-se à fraude registrada de grandes terrenos, sendo mais regra do que exceção no país.

[...] a elite brasileira e muito do judiciário tem um preconceito contra o MST porque entende que o MST invade terra, agora quem estudou a propriedade da terra no Brasil, já tem uma bibliografia enorme mostrando que no Brasil fraude registrária é mais regra do que exceção. O INCRA mostra em vários relatórios que se você somar todos as propriedades do Pará não cabe no território geográfico do estado do Pará, quem invade no Brasil? Eu já constatei a existência de uma casa em cima de uma duna em Florianópolis nas consultorias que eu dei, quem invade? Os moradores de favela de fato invadem terra, agora eles chegam a ser 15% só no município de São Paulo ou mais de 20% no município do Rio de Janeiro, eu não estou falando de apêndice ou coisa residual, então veja, quem será o maior analfabeto urbanístico no Brasil? É o judiciário e o ministério público, eles precisariam entender da realidade brasileira e da legislação urbanística em favor deles, eles podem dizer que não existe curso de

¹ Para Maricato (2015, p. 68) o termo patrimonialista refere-se ao uso pessoal da esfera pública e o exercício da política do favor (ou troca), dominado por uma forte oligarquia nacional.

direito urbanístico nas faculdades de direito, não existe mesmo, não é obrigatório, quando existe ele é facultativo, são disciplinas que não são obrigatórias, [são] optativas. Imagine como é que seria um curso sobre alfabetização urbana sobre as cidades? (MARICATO, 2017)

A questão que finaliza o excerto acima nos mobiliza a pensar que as ações desenvolvidas pelo Gepech, em especial as formações de professores, visam contribuir com a alfabetização urbana proposta por Maricato (2017). Buscamos dialogar com os educadores sobre aspectos diversos da cidade e também desvelar, na medida do possível, a forma da cidade e as forças que atuam em sua constituição.

Outro ponto importante a destacar é que diante da realidade brasileira caótica de ocupação do solo e de inobservância das normas e legislações de modo responsável pelas autoridades, notamos o avanço cada vez maior de tendências liberais. Nesse cenário desafiador, Maricato diz que foi convidada para fazer parte de um projeto para pensar o Brasil. O “Projeto Brasil Cidades” (Br Cidades), da Frente Brasil Popular para a construção social do país. Este projeto constitui uma ampla rede de ações coletivas convergentes em torno da agenda urbana, com intuito de construir coletivamente cidades mais justas, mais solidárias, economicamente dinâmicas e ambientalmente sustentáveis. A iniciativa deste projeto possui um manifesto, o qual expõe detalhadamente seus objetivos e convida a sociedade para participar desse democrático projeto.

As críticas e problematizações levantadas por Maricato (2017) sobre o processo de naturalização das desigualdades no contexto urbano mobilizam o envolvimento da pesquisadora em ações coletivas em prol de uma transformação social e coletiva das cidades, e mantém sintonia com o conceito de segregação urbana defendido por Villaça (2011). Para esse autor, trata-se de um conceito que revela a produção de injustiças e desigualdades com repercussões em vários setores da vida das pessoas, inclusive sobre o conceito de tempo. Villaça (2011) explica que as classes privilegiadas financeiramente buscam ocupar áreas mais próximas das regiões onde são ofertados os postos de trabalho e, assim, necessitam dispendir menor tempo de locomoção diário para suas atividades laborativas. Em consequência da grande procura por essas áreas, ocorre a valorização das propriedades, e o mercado imobiliário atua de forma intensa na exploração desses imóveis. Outra repercussão é a atração de empresas de comércio e serviços que intensifica ainda mais o valor de mercado.

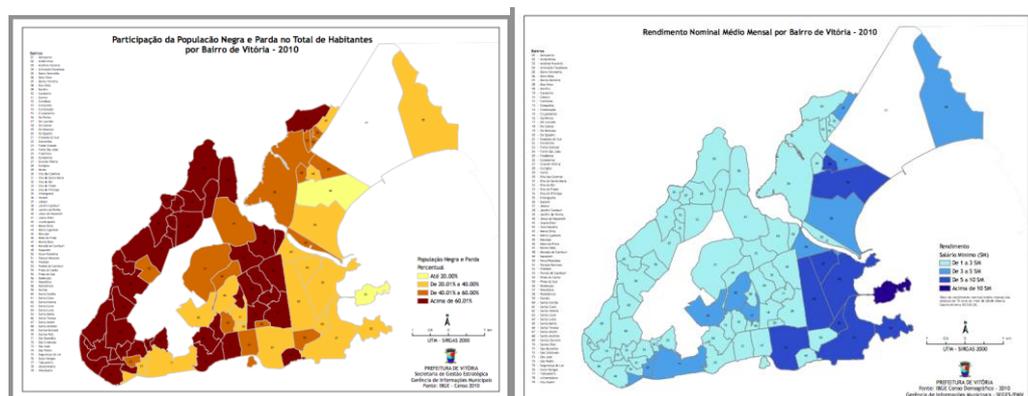
Em relação à classe mais pobre que vive na cidade, Villaça (2011) afirma que essa população, em geral, ocupa áreas localizadas em regiões mais distantes do trabalho e onde o preço do metro quadrado dos imóveis tem menor cotação no mercado imobiliário ou nem é do interesse desse setor. O autor realça que nessas localidades o Estado atua de modo diferenciado, não investe adequadamente recursos públicos em áreas como transporte, postos de saúde, limpeza urbana, parques, segurança, áreas de lazer, escolas, dentre outros aspectos. Seguindo essa linha de raciocínio, Maricato (2017) comenta que são áreas onde a desigualdade urbana é concreta, enfrentada diariamente por grande parte da população, mas que mesmo sendo a maioria, a sociedade faz um esforço para torná-la invisível, segregada, sem expressividade.

Em um programa de televisão, chamado Café Filosófico (MELANCOLIA DA DESIGUALDADE URBANA, 2017), Maricato recorre às palavras de Milton Santos para dizer que se trata de um movimento que gera um verdadeiro exílio na periferia. Essas reflexões nos levam a refletir sobre a configuração do espaço urbano da cidade de Vitória/ES e nos instiga a pensar sobre algumas questões: o fenômeno segregação urbana está presente no espaço da cidade de Vitória - ES? Em que áreas? Há diferenças entre regiões da cidade em termos de ocupação e presença do Estado? Essas questões podem contribuir para os estudos da cidade a partir de em uma perspectiva crítica? Essas e outras indagações nos mobilizam a analisar aspectos da configuração do espaço da cidade de Vitória e sua relações com o ensino. Assim, na próxima seção, buscaremos compreender elementos que trazem indicativos que nos ajudam a entender esse processo de ampliação e consolidação da desigualdade social.

5 SEGREGAÇÃO URBANA, CIDADE E FORMAÇÃO DOCENTE: ALGUMAS RELAÇÕES

A capital do Espírito Santo, Vitória, em termos de espacialidade é constituída por uma região continental ao norte da cidade e um conjunto de ilhas. Apresenta uma geografia com regiões elevadas, devido a existência de um maciço central. Em uma delas está localizada a sede administrativa do governo estadual. Grande parte da população reside nessa ilha de maior tamanho e a ocupação do solo apresenta uma clara divisão, se considerarmos o fator cor e renda das pessoas. Em relação a esses dois aspectos, os dados publicados pelo IBGE, baseados no Censo de 2010, mostram a seguinte distribuição (Figuras 1 e 2).

Figura 1 e 2 – Mapa sobre distribuição da população por cor e Mapa sobre a distribuição da população por renda



Fonte: http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/Censo_2010/Mapas/negra_parda_site.pdf

O mapa apresentado (Figura 1) mostra que a distribuição da população de cor negra ou parda está concentrada na parte oeste da ilha de Vitória e em alguns bairros localizados na região central de maior elevação geográfica (chamado popularmente de morros). Essas localidades também são as que reúnem o maior contingente da população com menor nível de renda, quando comparamos o mapa 1 com as áreas representadas pela cor azul clara do mapa identificado na figura 2. Essas características em termos de ocupação do solo não é aleatória. Com Lefebvre (1991, p. 52) entendemos que “A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”. Desse modo, é possível entender a cidade como resultado de uma síntese de relações constituídas pelo trabalho humano, ao longo de um determinado período. Essa produção é carregada de conflitos, interesses e contradições, assim como apresenta forma e conteúdo concreto. Sua abordagem exige a compreensão de diferentes elementos que estão em relação e, para isso, é necessário considerar aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais.

Nesse sentido, assumimos que para entender a cidade, em especial a de Vitória - ES, é importante considerarmos alguns elementos que marcam a gênese desse do processo de

segregação sócio-espacial. Para isso, é necessário resgatar que o primeiro núcleo populacional da cidade foi iniciado pela ação dos colonizadores portugueses, em 1551. Com essas referências notamos que o processo de dominação é uma marca desde os primórdios. Essa região inicial da cidade, considerada o centro histórico, guarda vestígios do período colonial. Um dos principais ícones representativos é o Palácio Anchieta, sede do poder político na atualidade, construído pelos jesuítas em sua versão inicial. Por cerca de três séculos a cidade esteve sob o domínio dos portugueses e atendia ao projeto de exploração econômica a serviço dos europeus, com base na mão-de-obra escrava. Com o declínio do sistema colonial, a instauração do regime imperial e posteriormente a promulgação da república, muitas alterações foram processadas. Contudo, manteve-se na região o predomínio da produção agrícola para exportação, especialmente a cultura do café, com a utilização da tradicional mão-de-obra escrava vigente desde a colonização até as últimas décadas do século XIX. Segundo Mendonça (2014, p. 42), no Espírito Santo constituíram-se três importantes regiões produtivas dessa cultura, a saber: São Mateus, ao norte, Cachoeiro do Itapemirim ao Sul e na região central, Vitória. Esses três polos possuíam precárias condições de transportes e os rios de cada região eram os principais corredores de escoamento da produção para exportação.

Mendonça (2014) em sua pesquisa reúne um conjunto de fontes documentais que mostra a região sul e central como as de maior destaque na produção de café, porém estas apresentavam especificidades. Na região sul existiam grandes propriedades rurais com intensa exploração do trabalho escravo, sendo a produção escoada pelo porto do Rio de Janeiro devido às proximidades em termos geográficos e a questões políticas. Em relação à produção oriunda da região central, esta tinha origem em pequenas propriedades, além da presença do trabalhador imigrante. O escoamento da produção de café chegava até Vitória pelo rio Santa Maria para então ser exportado.

A tradição da economia capixaba baseada na cafeicultura favoreceu à composição de uma elite política oriunda dessas duas atividades produtivas, os donos de terras e produtores de café e as famílias ligadas às atividades comerciais desse produto. Desse modo, nas decisões políticas sobre investimentos públicos predominavam os interesses desses grupos. Devido às dificuldades de ligação entre as regiões produtoras de café e a capital Vitória, muitas ações na área de infraestrutura foram realizadas, como: melhoria e ampliação da estrutura portuária para receber navios de maior calado, pontes para ligar a ilha de Vitória aos outros municípios e linhas férreas

para favorecer o transporte da produção até o porto. Esse incremento de investimentos em transporte configurou condições para que a cidade de Vitória se tornasse praça comercial, pois além de reunir a produção do Espírito Santo para exportação, também favorecia o escoamento da produção de parte da região mineira.

Essa estratégia de centralização das atividades de comércio, com forte identificação com o sistema agroexportador levou a intensificação da circulação de mercadorias e de pessoas na capital. Tal dinâmica demandava maior estrutura da cidade para atender a essa nova classe social, que exigia também maior conforto. Entre 1890 e 1930 os governantes iniciaram um processo de intervenção no espaço urbano da cidade realizando aterramentos de áreas alagadiças, construção de praças, ampliação das ruas e mudanças em seus traçados, implantação de energia elétrica, sistema de esgotamento, fornecimento de água e início de transporte na área urbana, dentre outras benfeitorias. Desse modo, o poder estatal atuava em prol dos interesses dos proprietários de capitais, e gerava novas condições para sua reprodução.

Uma expressão desse processo de reconfiguração do espaço urbano da cidade de Vitória pode ser representado pelo projeto denominado de Novo Arrabalde (QUINTÃO, 2015). Esse projeto foi implementado pelo governo e contou com a participação de empresas privadas, além de ser fundamentado pelos ideais de higienização, embelezamento e racionalização do espaço. Follador e Ferreira (2015, p. 88) também afirmam que foi um projeto “[...] concebido pela lógica do mercado de terras tornando-se um grande empreendimento imobiliário”.

Nas áreas onde o Estado promoveu os aterros foram criados novos bairros. Em muitos dos novos terrenos foram vendidos diretamente pelo Estado ou doados a empresários da época. O interesse por acumular a propriedade de terras era estimulado pela expectativa de futura valorização imobiliária. Em alguns casos, esses terrenos eram solicitados pelos empresários ao Estado com o argumento de serem utilizados para fins de construção de moradias para funcionários, conforme dados indicados na pesquisa de Mendonça (2014). Esse autor também mostra que apesar do forte controle do Estado, “[...] o crescimento da cidade não deixou de assimilar a ocupação da população marginalizada, que construía nas bordas dos espaços planejados, ocupando terrenos alagadiços ou precariamente aterrados e de morros” (MENDONÇA, 2014, p. 152).

O contexto histórico de produção do espaço urbano da cidade de Vitória evidencia a gênese da ocupação do solo e deixa entrever marcas do processo de desigualdades que foram sendo consolidados ao longo do tempo. Na atualidade, essas regiões (morros e antigas áreas de manguezal, especialmente na parte oeste da ilha), conforme mostradas nos mapas das figuras 1 e 2, recebem um tratamento diferenciado do poder público. Em geral, são áreas carentes de espaços públicos de lazer, com elevados índices de violência. A questão do transporte é outro fator de impacto, pois em muitos bairros localizados em morros, a população não conta com vias públicas para circulação de veículos. Nessas regiões, mesmo próximas geograficamente do centro, as condições de habitação são frágeis e o acesso aos serviços públicos ficam prejudicados.

Sobre essa fragilidade, podemos exemplificar com dados exploratórios apreendidos em 2019/1, em atividades de estágio supervisionado com alunos de um curso de licenciatura, em uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essas atividades de estágio foram realizadas em uma sala de aula que funciona em espaço alternativo cedido por uma igreja, no alto do morro do Forte São João. Nessa ocasião os professores da turma solicitaram aos estudantes um levantamento sobre as prioridades e necessidades dos moradores daquela localidade. Dentre as várias reivindicações realizadas, os estudantes disseram que uma das prioridades seria uma maca que ficasse disponível em determinado local do morro (bar ou em casas de lideranças do bairro), com o objetivo de favorecer a remoção de doentes e idosos, quando da necessidade de atendimento médico. Devido ao bairro ter apenas rampas ou escadarias para acesso, esse pedido que parece simples, assume grande valor para aquela população. Notamos, nesse caso, que a população carente fica esquecida pelo poder público em termos de condições adequadas para a garantia do direito à educação, à saúde, à moradia, enfim, ao direito à cidade mesmo estando concretamente localizados em região vizinha ao centro histórico.

Em contraposição, temos uma ocupação da área litorânea da ilha e da parte continental da cidade de Vitória, marcadas predominantemente por construções de alto padrão, praças, praias, áreas de lazer, shoppings, hotéis, órgãos públicos, serviços de limpeza urbana, vias de grande circulação de veículos, existência de ciclovias, comércio intenso e forte atuação do mercado imobiliário. Nesse cenário, ocorre uma outra composição da face leste da cidade, como um outro lugar que destoa de modo significativo da parte oeste e alta da capital. É a região de concentração das melhores condições de infraestrutura da cidade e também a que serve a classe privilegiada.

Destaca-se, desse modo, uma nítida divisão de classe social no processo de ocupação e constituição da cidade.

Assim, consideramos a cidade como uma obra que manifesta diferentes camadas, produzida e cimentada pelo trabalho humano em diferentes tempos. Entendida desse modo, apresenta possibilidades variadas de informações, conhecimentos e críticas aos processos de produção de desigualdades e injustiças, como pode ser observado pelo fator de segregação urbana. Esse fator foi muito bem realçado por Maricato (2017) no conteúdo discursivo de sua entrevista. Contudo, a tomada de consciência desses elementos que integram a cidade, como forma de subsidiar a crítica e a reflexão sobre novas possibilidades de estrutura urbana não ocorre de modo direto, simples, desprezioso, mas exige uma mediação qualificada. Como nos sugere Della Fonte (2018, p. 17), compreender a cidade pressupõe

[...] desvendar suas ruas e seus nomes, suas sedes administrativas, os recortes de seus bairros, a concentração de sua população, suas praças e parques, os monumentos públicos, suas formas arquitetônicas, a localização de suas indústrias e fábricas, o seu ritmo do trabalho, a sua condição ambiental-ecológica, seus lugares de encontros, suas rotas de mobilidade, a sua distribuição da riqueza material e simbólica e seus confrontos de classe.

Para apreender a cidade e suas contradições, o trabalho desenvolvido pela escola, com destaque para as instituições que compõem a rede pública de ensino, pode se constituir uma alternativa. Contudo, reconhecemos que se trata de uma ação exigente de intencionalidades contra-hegemônicas, que possa vislumbrar uma outra forma urbana, menos desigual, como defende Lefebvre (1991). Maricato (2017) argumenta que para orientar essa utopia do urbano, é preciso de formação, e para isso ela elabora uma questão: “Imagine como é que seria um curso sobre alfabetização urbana sobre as cidades?”.

Considerando que o GEPECH está ligado a área de ensino, os participantes têm realizado esforços coletivos na direção apontada por Maricato (2017) e proposto ações voltadas a alfabetização urbana, por meio de pesquisas de mestrados que promovem formações continuadas de professores. Tais investigações orientam-se a partir de três abordagens. A primeira fomenta o diálogo entre diferentes espaços da cidade por meio de visitas e de estudos sobre esses locais; a segunda visa promover o estudo sobre a cidade, estimulando a compreensão de diferentes versões sobre o seu processo histórico de transformação, inferindo sobre os aspectos ideológicos

de cada uma delas e a terceira abordagem contempla o estudo das diferentes representações criadas e inspiradas pela vida na cidade, tais como pinturas, filmes, propagandas, músicas, poesias, romances etc. (CÔCO; CHISTÉ, 2018). Essas abordagens não são excludentes, se complementam e podem direcionar as pesquisas de mestrado desenvolvidas no grupo.

Cabe citar pesquisas desenvolvidas pelo grupo em 2017 que promoveram ações de extensão na área de formação de professores de humanidades e que articulavam diferentes estratégias, como estudos coletivos de autores que discutem a cidade em uma vertente crítica, oficinas de arte, discussões e interações em ambiente virtual de aprendizagem (Moodle), visitas mediadas a espaços da cidade e relatos de experiência didáticas. O conjunto de dados oriundos dessas ações está apresentado em resultados de pesquisas como de Frois (2018), Pinheiro (2018), Pinto (2018), Fraga (2018), Morais (2018), entre outras. Para cada espaço da cidade abordado nas referidas pesquisas, elaboramos materiais educativos como forma de ampliar o diálogo com outros professores interessados por conhecer a cidade e adensar iniciativas que explorem os desafios e ideologias segregadoras presentes na vida urbana. Apostamos que pela via da formação docente e da atividade pedagógica possamos contribuir, de algum modo, para que sejam pensadas possibilidades criativas e alternativas de aludir/perseguir a utopia do urbano, anunciada por Lefebvre (2008).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos bakhtinianos enfatizam a interação com o outro como elemento essencial para a constituição da consciência humana e de apropriação de conhecimentos. Nessa vertente, conceitos como polifonia e o dialogismo são inerentes ao processo de análise dos discursos. Esses dois conceitos nos ajudam a compreender que, o que é proferido está em diálogo com outros conhecimentos, sendo eles literários, artísticos ou científicos. Assim, os discursos se constroem por meio do diálogo entre pessoas ou textos (visuais ou escritos) e são constituídos por diferentes vozes.

A partir de uma conversa sobre determinado tema, como a entrevista por exemplo, é possível abrir diversas portas que nos levam a outros conhecimentos e a autores que possam contribuir para o aprofundamento do assunto. Contudo, quando conversamos com pesquisadores que se

dedicaram ao estudo de um assunto específico, de modo especial, eles nos indicam portas que devemos abrir. Eles nos mostram um outro modo de ver e compreender determinado assunto. Tal perspectiva se coaduna com o que Miotello (2012, p. 165) nos indica: “Um texto exige compreensão profunda, e um caminho é correlacionar esse texto com outros textos e reapreciá-lo em um novo contexto”.

Assim ocorreu quando entrevistamos a professora Ermínia Maricato. A conversa nos ajudou a visualizar um caminho, sem linearidade, em que foi possível percorrer para aprofundar o que nos foi dito. A partir de seus enunciados e, por meio de uma posição ativa e responsiva que assumimos como entrevistadoras na composição do diálogo com a entrevistada, tivemos condições de acessar a outros enunciados de sua própria obra, da obra de outros autores, assim como estabelecer conexões com iniciativas do nosso grupo de pesquisa (MARICATO, 2015; 2017), como no caso das ações de formação de professores. Nesse sentido, consideramos que a entrevista realizada e as portas abertas por ela nos indicam, ao menos, três dimensões polifônicas e dialógicas que necessitamos evidenciar:

1) A entrevista nos levou a conhecer outros textos de Maricato, como textos publicados em livros e outros proferidos em palestras em universidades e programa de televisão. Assim, notamos que as palavras constituintes da entrevista não estão encerradas no limite desse gênero, mas estabelecem contatos com palavras enunciadas em outros gêneros e contextos, o que indica que o discurso de Maricato (2017) encontra ampla abertura e mostra elaborações aprofundadas, com trajetória de militância e história situada em defesa de uma abordagem de justiça social na cidade.

2) Por meio do discurso de Maricato pudemos entender outros textos, especialmente os de Villaça (2011) e Mendonça (2014). Com esses autores, tivemos a oportunidade de ampliar conhecimentos sobre o conceito de segregação espacial, com destaque para a cidade de Vitória - ES.

3) A análise da entrevista nos indicou que o fenômeno urbano é permeado por diferentes questões e desafios, sendo a dimensão educativa um aspecto importante de ser considerado. Pela perspectiva do direito à cidade, entendemos que as iniciativas e os interesses do Gepech se alinham a abordagem crítica dos estudos sobre a cidade, anunciada e defendida por Maricato.

Assim, concluímos esse texto com a compreensão de que os investimentos na área de formação de professores, podem ser entendidos como modo de contribuir para a construção de alternativas para indagar e problematizar os problemas da cidade, como é o caso da segregação espacial. Entendemos que os professores e suas relações com o universo dos estudantes tem o potencial para ampliar esse diálogo e construir novos modos de compreensão crítica de pensar a vida na cidade.

6 REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins, 2011.

BR CIDADES. **Manifesto**: um projeto para as cidades do Brasil. Disponível em www.brcidades.org. Acesso 01 mai. 2019.

CÔCO, D.; CHISTÉ, P. S. Metodologias para os estudos da cidade e suas relações com a educação. In: BRANDÃO et. al (Org.). **A prática na investigação qualitativa**: exemplos de estudos. Portugal: Editora Ludomedia, 2018. p. 91-120.

DELLA FONTE, S. Apresentação. In: CÔCO, D. et. al. (org.). **Educação na cidade**: conceitos, reflexões e diálogos. Vitória, ES: Edifes, 2018. p. 15-20.

FOLLADOR, K. J. ; FERREIRA, G. L. Histórias paralelas: modernização e urbanismo nas cidades de Vitória e Rio de Janeiro. In: **Modernidade e Modernização no Espírito Santo**. Vitória: Edufes, 2015. p. 63-100.

GEGE. **Palavras e contrapalavras**: Glossariando conceitos, categorias e noções de Bakhtin. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

IBGE CIDADES. **Mapas**. Acesso em: 05-06-2019. Disponível em: http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/Censo_2010/Mapas/negra_parda_site.pdf.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. São Paulo: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MARICATO, Ermínia. **Entrevista sobre estudos da cidade e educação** [12 de maio de 2017]. Entrevistadores: Dilza Côco e Priscila de Souza Chisté Leite. São Paulo, 2017. 5 arquivos em



vídeo (90 min). Entrevista concedida ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação na Cidade e Humanidades.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MELANCOLIA NA DESIGUALDADE URBANA. **Café filosófico**. Rio de Janeiro: TV CULTURA, 16 de abril de 2017. Programa de TV.

MENDONÇA, M. C. **A modernização do atraso**: os fundamentos da urbanização de Vitória 1889-1930. 2014. 189f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2014.

MIOTELLO, V. Algumas anotações para pensar a questão do método em Bakhtin. In: Grupo de estudos dos gêneros do discurso (GEGE). **Palavras e contrapalavras**: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana. São Carlos: Pedro e João Editores, 2012.

QUINTÃO, L. do C. Modernização urbana na Belle Époque capixaba: revisitando o Novo Arrabalde. In: RIBEIRO et. al. **Modernidade e modernização no Espírito Santo**. Vitória, ES: Edufes, 2015. P. 13-62.

SANTOS, M. D.; LEITE, Priscila de S. C.; CÔCO, Dilza. O gênero entrevista como estratégia de estudo sobre a cidade e suas relações com a educação. In: IV Encontro de Estudos Bakhtinianos [EEBA]: das resistências à escatologia política: risos, corpos e narrativas enunciando uma ciência outra. **Anais...** São Carlos: Pedro & João Editores, 2017. p. 758-769.

Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/1hyn0j90syXrd1E1tmac6dQAjMNVh8BVm/view>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

VILLAÇA, F. **São Paulo**: segregação urbana e desigualdade. *Estudos avançados*, n. 25 (71), 2011.